

RAUL LUIS DO COUTO CABRAL

**REABILITAÇÃO ARQUITETÓNICA DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS
MERCEEIRAS DE EL REI, EM LISBOA**

Orientador científico: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias de Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

LISBOA

2021

RAUL LUIS DO COUTO CABRAL

**REABILITAÇÃO ARQUITETÓNICA DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS
MERCEEIRAS DE EL REI, EM LISBOA**

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,
no dia 25/05/2021, perante o júri, nomeado pelo
Despacho de Nomeação n.º 138/2021 de 19 de abril,
com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Pedro Filipe Coutinho
Cabral D'Oliveira Quaresma

Arguente: Professor Doutor Francisco Manuel Portugal
e Gomes

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro
Lopes

Vogal: Professor Doutor Hugo Philipe Herrenschmidt
Da Nazareth Fernandes De Cerqueira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias de Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

LISBOA

2021

RESUMO

Nos últimos anos, verifica-se um maior interesse das comunidades no sentido de preservar o património urbano, nomeadamente os seus edifícios antigos, dotando-os de condições para permitir o seu uso atual em condições de segurança e conforto, sem perder o seu interesse histórico. Esta crescente consciência relativamente à necessidade de proteção do património urbano é um desafio para a arquitetura.

A presente dissertação insere-se na temática de reabilitação de edifícios antigos com elevado valor histórico-cultural.

Procura-se apresentar uma metodologia de intervenção adequada à reabilitação de edifícios de génese pombalina, em Lisboa, de acordo com os conceitos atuais aplicáveis à proteção do património urbano.

Como caso de estudo foi escolhido o denominado edifício das Merceeiras de El-Rei na Rua Augusto Rosa, em Alfama.

A abordagem à temática escolhida é realizada através do estudo de um caso concreto, aplicando uma metodologia específica de análise do edificado, incluindo:

- A caracterização do lugar, no seu contexto urbano;
- A evolução histórica do edificado;
- A análise da situação atual;
- A caracterização estrutural;
- Os valores a preservar e o potencial de reabilitação.

O estudo engloba, na sua parte final, uma estratégia de projeto de reabilitação do edifício escolhido como forma de demonstrar a aplicabilidade da metodologia de reabilitação usada.

Palavras chaves: Reabilitação; Património; Projeto Arquitetónico.

ABSTRACT

In recent years, there has been a greater interest by the communities in the preservation of the urban heritage of the cities, namely their old buildings, endowing them with conditions to allow their current use in conditions of safety and comfort, without losing their historical interest. This growing awareness of the need to protect urban heritage is a challenge for architecture.

This dissertation addresses the theme of rehabilitation of old buildings with high historical and cultural value.

The aim is to present an intervention methodology suitable for the rehabilitation of Pombaline-style buildings in Lisbon, according to the current concepts applicable to the protection of the urban heritage.

As a case study, the so-called Merceeiras de El-Rei building on Augusto Rosa street, in Alfama, was chosen.

The approach to the chosen theme is carried out through the study of a specific case, applying a specific methodology of analysis of the building, including:

- Characterization of the place, in its urban context;
- Historical evolution of the building;
- Analysis of the current situation;
- Structural characterization;
- Values to preserve and the potential for rehabilitation.

The study includes, in its final part, a rehabilitation project strategy for the chosen building as a way of demonstrating the applicability of the rehabilitation methodology used.

Keywords: Rehabilitation; Heritage; Architectural Design.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa **Jeselda Cabral**, ao meu filho **Adriel Cabral**, aos meus pais **Raul (*in memorian*) e Luisa**, os alicerces da minha vida.

Ao meu amigo irmão **Arlindo Elber Carlos**, por tudo que fez por mim ao longo da minha jornada académica.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela realização do mestrado e por fazer parte da minha vida;

Especialmente ao meu orientador, Professor Doutor Flávio Lopes, pela orientação, competência, profissionalismo, dedicação, por toda a disponibilidade, apoio prestado e paciência;

Ao Professor Borges da Cunha e aos restantes professores por todo amor, dedicação e apoio prestado ao longo da minha caminhada académica;

A todos meus familiares, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram até o fim para eu conseguir concluir esta grande etapa da minha vida.

A todos meus amigos, pelo apoio moral e motivação.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETO, ÂMBITO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	12
1.2	METODOLOGIA DE TRABALHO E OBJETIVOS	13
1.3	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	13
1.4	CONCEITOS SOBRE REABILITAÇÃO	13
CAPÍTULO 2	O RECOLHIMENTO DAS MERCEEIRAS	18
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR. CONTEXTO URBANO	18
2.2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO EDIFÍCIO: EVOLUÇÃO NO TEMPO.....	22
2.3	A SITUAÇÃO ATUAL. ANÁLISE FORMAL.....	26
2.4	CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL: ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ANÁLISE DE PATOLOGIAS.....	29
2.5	VALOR DE USO	36
2.6	CONDICIONANTES LEGAIS	40
CAPÍTULO 3	ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO	44
3.1	VALORES A PRESERVAR.....	44
3.2	VOCACIONES FUNCIONAIS; POTENCIAL DE REABILITAÇÃO.....	48
3.3	METODOLOGIA DE PROJETO	48
3.4	BIBLIOGRAFIA.....	49
3.5	DESENHOS.....	50

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Pormenor da planta de Lisboa (Tinoco) 1650.....	18
Figura 2. Cartografia histórica de Lisboa, 1780.	19
Figura 3. Pormenor da planta topográfica de Lisboa, 1856-58 (dirigida por Filipe Folque) com a marcação do edifício.	19
Figura 4. Pormenor da planta topográfica de Lisboa, 1911 (dirigida por Silva Pinto) com a marcação do edifício.	20
Figura 5. Pormenor da planta topográfica de Lisboa, 1950, com a marcação do edifício.	20
Figura 6. Imagem aérea do local na atualidade, fonte: Google Maps.....	21
Figura 7. Relação entre o edifício do Recolhimento das Merceeiras (marcado a vermelho) e outros imóveis com valor local (marcados a preto) ou nacional (Sé de Lisboa, marcada a azul).	22
Figura 8. O Recolhimento das Merceeiras; fachada para a Rua Augusto Rosa; 1902.	23
Figura 9. O Recolhimento das Merceeiras; fachada para a Travessa das Merceeiras; 1902.....	23
Figura 10. O Recolhimento das Merceeiras; fachada para a Rua Augusto Rosa.	24
Figura 11. O Recolhimento das Merceeiras; fachada para a Travessa das Merceeiras.	24
Figura 12. Escadas em betão armado, construídas para melhorar a ligação entre o piso térreo e os pisos elevados.....	25
Figura 13. Janelas em pvc e portadas interiores em madeira.	25
Figura 14. Levantamento do existente cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; corte.	26
Figura 15. Piso térreo; corredor, vendo-se a arcaria em pedra de lioz.	27
Figura 16. Corredor do último piso com o pé direito mais baixo.	27
Figura 17. Escadaria principal que liga o piso térreo ao primeiro andar.....	28
Figura 18. Pavimento do átrio de entrada em calçada à portuguesa com indicação da data de 1859, altura em que terá sido executado.	28
Figura 19. Pavimento do pátio interior vendo-se a sobreposição de vários materiais.	29

Figura 20. Análise estrutural: paredes em alvenaria de pedra (a azul); paredes de frontal (a vermelho); paredes de tabique (a amarelo).....	30
Figura 21. Pés direitos do edifício: cave 3,40m; piso térreo 3,12m; primeiro andar 2,90m; sótão 2,20m.	36
Figura 22. Corredor principal no 1.º andar. A espacialidade interna é favorável a uma utilização habitacional.....	37
Figura 23. Espaço no sótão com pé direito de 2,20 metros.	37
Figura 24. Relação entre o Recolhimento das Merceeiras e o património arquitetónico da zona; com os monumentos nacionais marcados a rosa e os imóveis de interesse público marcados a azul.	41
Figura 25. Relação entre o Recolhimento das Merceeiras e as zonas de proteção existentes na área, marcadas a amarelo.	41
Figura 26. Indicação dos imóveis incluídos na Carta Municipal do Património, na área de estudo; O Recolhimento das Merceeiras está registado com o número 52.09.42	
Figura 27. Fachada do antigo Recolhimento das Merceeiras; levantamento.	44
Figura 28. Fachada do antigo Recolhimento das Merceeiras; estado atual.....	45
Figura 29. Vista aérea das coberturas do antigo Recolhimento das Merceeiras.	46
Figura 30. Azulejos pombalinos na escadaria principal, que deverão ser restaurados..	47
Figura 31. Azulejos pombalinos em corredor, que deverão ser restaurados.....	47

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETO, ÂMBITO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O objeto de estudo é o antigo Recolhimento das Merceeiras de El-Rei, fundado por D. Afonso IV (o Bravo), e por sua mulher a Rainha Dona Beatriz.

O tema de estudo é a metodologia de projeto arquitetónico aplicada à reabilitação de edifícios antigos com valor patrimonial. Esta temática exige um conhecimento aprofundado e abrangente de vários domínios, não só de técnicas, como também de aspetos conceptuais.

Este tema foi escolhido porque, durante as aulas de Reabilitação e Conservação de Edifícios que englobaram as temáticas sobre património urbano, foi possível compreender as razões que levam as sociedades desenvolvidas a preservar esse património.

A reflexão sobre o tema permitiu estabelecer uma comparação com Angola, que em nossa opinião não tem valorizado e nem respeitado a maioria do seu património. Exemplo dessa situação foi a destruição completa do Largo do Kinaxixi, juntamente com a famosa praça do Kinaxixi, ambos localizados no Bairro das Ingombotas na província de Luanda. A diferença de atitudes de cada comunidade perante o património urbano levou-nos a escolher este tema a fim de tentar mudar um pouco a consciência dos futuros arquitetos angolanos e mostrar-lhes o quanto é importante valorizarmos os nossos patrimónios. Por razões práticas não foi escolhido um caso de estudo em território angolano, uma vez que as deslocações estão muito limitadas com a atual pandemia.

Foi então decidido abordar o caso de um edifício de génese pombalina em Lisboa, na dupla perspetiva de melhor compreender a realidade portuguesa e também poder aproveitar essa experiência para uma futura contribuição em Angola para mudar a consciência dos meus conterrâneos em relação ao património.

O estudo realizado originou o desenvolvimento de um conhecimento pluridisciplinar de diversos assuntos relacionados com os edifícios antigos com elevado valor histórico-cultural.

1.2 METODOLOGIA DE TRABALHO E OBJETIVOS

O método do trabalho utilizado nesta dissertação implicou:

- Uma investigação sobre os conceitos atuais de património e de reabilitação;
- O estudo de caracterização do edifício e identificação das suas patologias;
- O estudo das possibilidades da realização funcional do edifício.

Todos estes estudos foram realizados com base em visitas ao local.

O trabalho foi concluído com uma estratégia de projeto arquitetónico para reabilitação do objeto de estudo.

O principal objetivo deste estudo foi o conhecimento e aprofundamento das metodologias adequadas ao projeto de reabilitação urbana, nomeadamente a procura de um equilíbrio entre a salvaguarda do património urbano e a melhoria das condições de segurança e conforto dos edifícios.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho divide-se em três partes.

- Na primeira parte é apresentada uma introdução, a metodologia de trabalho e também os conceitos atuais sobre reabilitação do património urbano.
- Na segunda parte é feita a análise de um edifício – O antigo Recolhimento das Merceeiras, em Lisboa – sendo abordados aspetos diversos como a história, a tipologia construtiva, o estado de conservação e as principais patologias.
- Na terceira parte é apresentada uma estratégia de intervenção arquitetónica para reabilitação física e funcional do imóvel estudado.

1.4 CONCEITOS SOBRE REABILITAÇÃO

Entre a década de 1940 e 1970 assistiu-se em toda a Europa a generalizadas operações massivas de demolição daqueles bens patrimoniais que atualmente denominamos de património urbano.

Os principais fatores de pressão sobre os conjuntos históricos eram, nessa época:

- O progresso tecnológico aplicado à construção;
- O desenvolvimento económico;
- Novos estilos de vida;
- O crescimento populacional.

Em resposta a estas pressões, em especial as económicas e de tráfego, o planeamento urbano optava em muitos casos pela regeneração ou renovação urbana.

A renovação e a regeneração urbana constituem operações urbanísticas que partem da premissa da inexistência de interesse cultural, económico ou social nas antigas estruturas urbanas.

O conceito de reabilitação urbana está ligado ao alargamento do conceito de património arquitetónico que passou a abranger não só os monumentos isolados como as construções mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.

A carta de Veneza, de 1964, refere no seu artigo primeiro que:

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural.

O conceito de reabilitação urbana está também associado à desilusão dos cidadãos perante a cidade moderna e à velocidade a que se podem processar as mudanças nas áreas antigas.

Em 1975 o Conselho da Europa aprovou a *Carta europeia do património arquitetónico* que refere:

O património arquitetónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem.

Durante muitos anos, apenas os monumentos de maior relevância foram protegidos e restaurados, sem ter em conta o contexto envolvente. Ora,

estes monumentos podem perder uma grande parte do seu carácter se a sua envolvente próxima for alterada. Por outro lado, os conjuntos edificados, mesmo na ausência de edifícios excecionais, podem apresentar uma especial atmosfera que os qualifica como obras de arte, diversificadas e articuladas. Estes conjuntos devem, pois, ser conservados, tal como se apresentam.

O património é uma expressão da História e ajuda-nos a compreender a importância do passado na nossa vida atual.

A reabilitação foi definida, em 1976, na *Resolução (76) 28 sobre a adaptação de leis e regulamentos às exigências da conservação integrada do património arquitetónico*, como a forma pela qual se procede à integração dos monumentos e edifícios antigos (em especial os habitacionais) no ambiente físico da sociedade atual, «(...) através da renovação e adaptação da sua estrutura interna às necessidades da vida contemporânea, preservando ao mesmo tempo, cuidadosamente, os elementos de interesse cultural.»

Em Portugal, e a partir da década de 1980, os princípios subjacentes à reabilitação urbana ampliaram-se, passando a incluir aspetos vários, tais como:

- Sociais – princípio da justiça social e da partilha por todos das mais valias geradas pelo processo;
- Políticos – exigência da participação da população nas decisões;
- Ambientais – preocupação com a qualidade do ambiente urbano e dos espaços públicos.

Assim, a reabilitação urbana não se destina apenas a resolver aspetos físicos; deve sobretudo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Um termo que passou a ser muito usado na Europa, nos textos que se referem ao património urbano é o da conservação integrada.

A conservação integrada do património arquitetónico inclui:

- A conservação da memória urbana coletiva e a construção do património de amanhã;
- Assegurar novos usos ao património sem pôr em causa o seu carácter e a sua qualidade;

- A preservação dos edifícios ameaçados segundo o princípio da reabilitação mínima.

O Conselho da Europa tem promovido várias orientações sobre esta temática mostrando que a reabilitação urbana é um processo de revitalização ou regeneração urbana a longo prazo, com o objetivo de melhorar componentes do espaço urbano e o bem-estar e qualidade de vida da população em geral. Os seus desafios espaciais e humanos requerem a implementação de políticas locais (por exemplo políticas de conservação integrada do património, políticas de coesão e ordenamento territorial, políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável).

A nível da metodologia do projeto de arquitetura destinado a reabilitar uma edificação antiga é importante referir que a análise e diagnóstico da situação constituem elementos fundamentais.

No caso dos edifícios classificados e também dos edifícios incluídos na Carta Municipal do Património, é obrigatório realizar um relatório prévio abordando vários aspetos nomeadamente (*Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15-6*):

- a) Critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas;
- b) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitetónico, artístico, científico, social ou técnico;
- c) Compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes;
- d) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- e) Consequências das obras ou intervenções no património arqueológico;
- f) A utilização proposta para o imóvel;
- g) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;

h) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

Os projetos de reabilitação de edifícios antigos com valor cultural devem seguir alguns critérios de intervenção, nomeadamente que são referidos por Bernard Feilden no seu livro *Conservation of Historic Buildings*:

- (1) A situação atual do edifício deve ser registada antes de qualquer intervenção;
- (2) Os testemunhos históricos não devem ser destruídos, falsificados ou removidos;
- (3) As ações de conservação e restauro devem respeitar o princípio da intervenção mínima;
- (4) Qualquer intervenção deve reger-se pelo respeito pela integridade estética, histórica e física de bens culturais;
- (5) Todos os métodos e materiais utilizados devem ser devidamente documentados.

As intervenções em património devem ainda:

- a) Ser reversíveis ou repetíveis, se tecnicamente possível, ou
- b) pelo menos não prejudicar uma futura intervenção, sempre que isto possa tornar-se necessário;
- c) Permitir aceder a todos os testemunhos incorporadas no edifício;
- d) Preservar, o máximo possível, dos materiais existentes a conservar;
- e) Ser harmoniosas em cor, textura, forma e escala, caso se verifiquem adições, mas devem ser identificáveis, mas menos perceptíveis do que o material original;
- f) Não ser empreendidas por pessoal insuficientemente preparado ou experiente.

Todas estas orientações serão tidas em conta na estratégia de projeto apresentada no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2 O RECOLHIMENTO DAS MERCEEIRAS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR. CONTEXTO URBANO

O edifício das Merceeiras de El-Rei está localizado na rua *Augusto Rosa*, no Bairro de Alfama, em Lisboa. No local existem diferentes tipos de edifícios antigos, nomeadamente religiosos, como a Sé de Lisboa. A morfologia urbana parece ter sido pouco modificada desde o século XVIII.

A alteração mais notável foi a reestruturação da parte da malha urbana em 1780 (Figura 2), quando foram criadas ruas com caráter distinto do medieval.

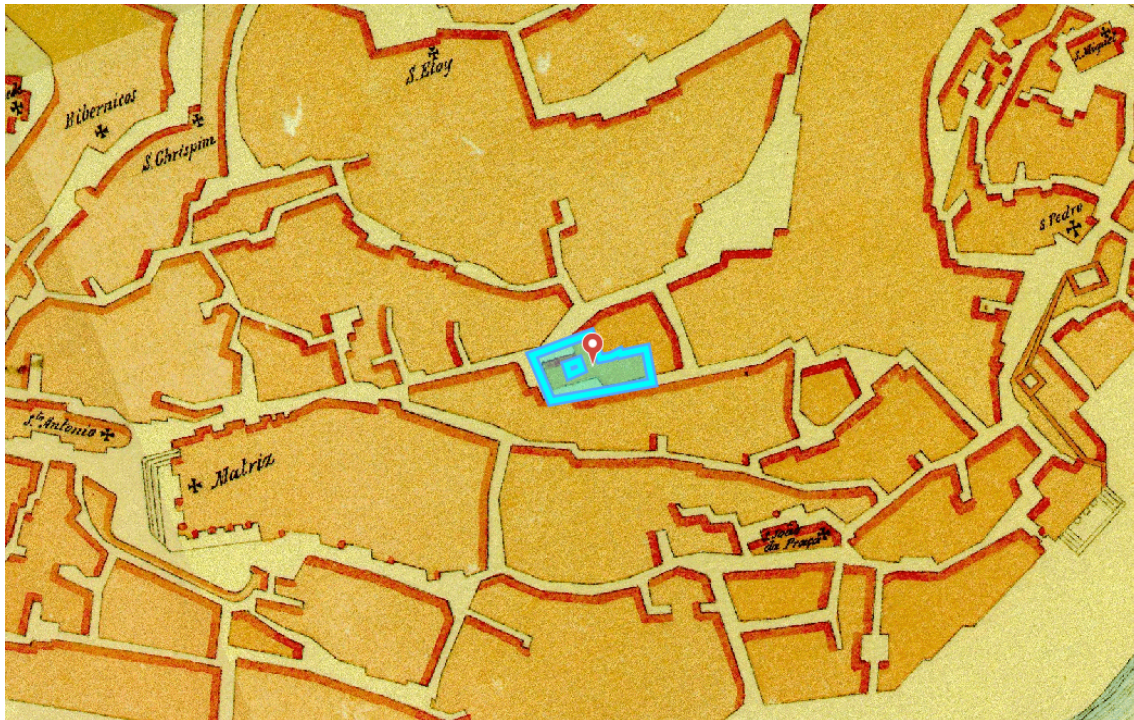


Figura 1. Pormenor da planta de Lisboa (Tinoco) 1650



Figura 2. Cartografia histórica de Lisboa, 1780.

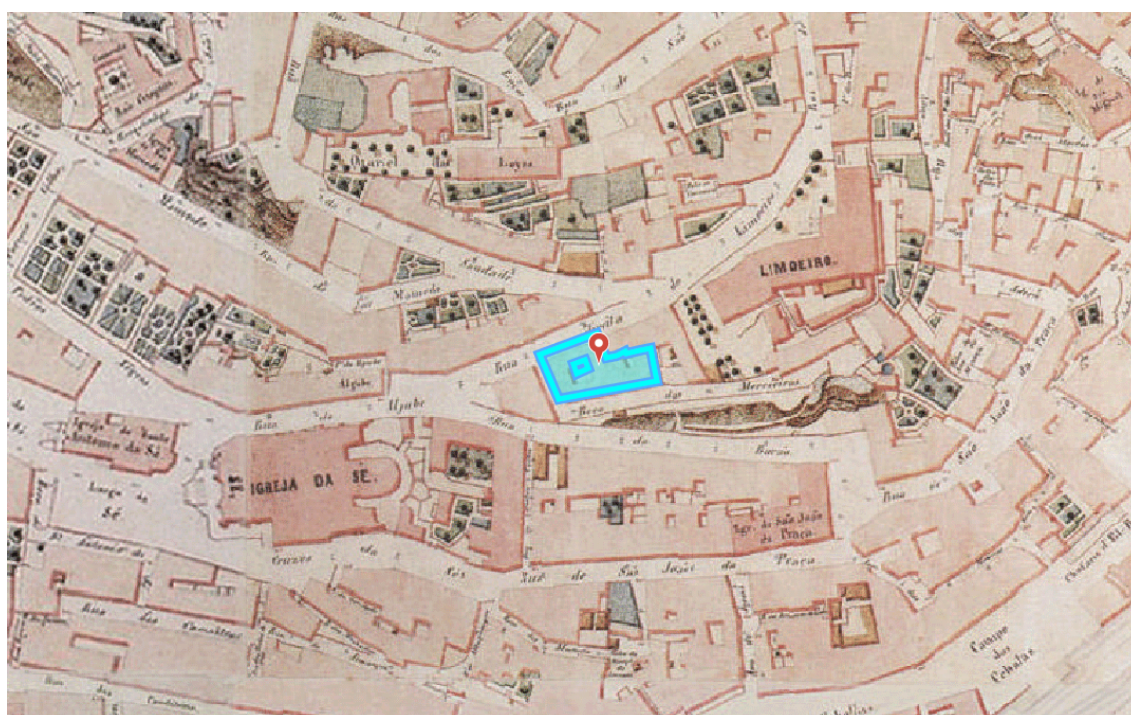


Figura 3. Pormenor da planta topográfica de Lisboa, 1856-58 (dirigida por Filipe Folque) com a marcação do edifício.

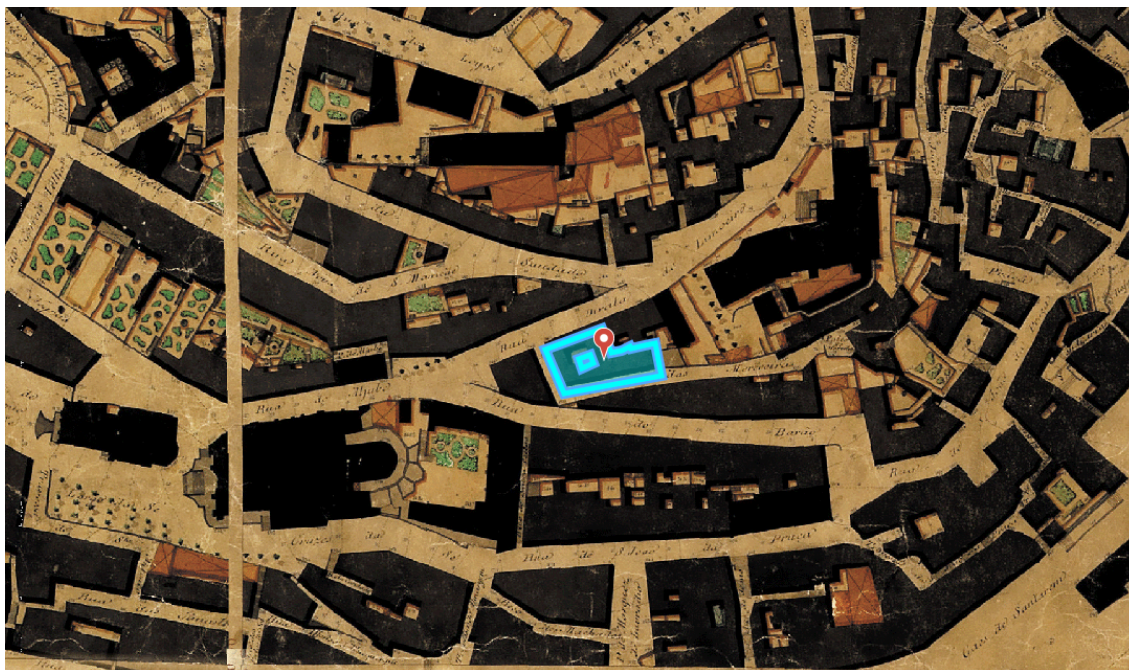


Figura 4. Pormenor da planta topográfica de Lisboa, 1911 (dirigida por Silva Pinto) com a marcação do edifício.



Figura 5. Pormenor da planta topográfica de Lisboa, 1950, com a marcação do edifício.



Figura 6. Imagem aérea do local na atualidade, fonte: Google Maps.

Segundo o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo (PUNHACC, 2014), o edifício está identificado como Edifício Especial.

Para além do recolhimento das Merceiras ser considerado um edifício especial pelo PUNHACC, temos outros edifícios considerados da mesma forma pelo PUNHACC, que entre eles esta a Sé de Lisboa, sendo este um dos monumentos mais conhecidos em Lisboa e que serve de ponto de referência para quem visita a zona histórica de Lisboa. Podemos perceber melhor onde se localiza o objeto de estudo, assim como outros edifícios considerados especiais pelo PUNHACC (Figura 7).



Figura 7. Relação entre o edifício do Recolhimento das Merceeiras (marcado a vermelho) e outros imóveis com valor local (marcados a preto) ou nacional (Sé de Lisboa, marcada a azul).

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO EDIFÍCIO: EVOLUÇÃO NO TEMPO

É importante salientar que existe uma certa escassez documental acerca do recolhimento das Merceeiras, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa. Essa ausência de registos camarários deve-se ao facto de o edifício ser público, não carecendo de autorização municipal para a realização de obras. Assim, alguns detalhes do seu transcurso no tempo são desconhecidos, o que dificulta a atribuição de certos valores, especialmente pela dificuldade de avaliação da autenticidade e integração dos elementos constituintes do edifício. Serão referidos seguidamente os dados históricos conhecidos.

O Recolhimento das Merceeiras de El-Rei teve primeiramente o carácter de hospício, destinado a recolher 24 pessoas, segundo se estabelece numa disposição real de 1343: “12 homens e 12 mulheres de bons costumes, fama e vergonha, que, havendo tido honra e alguma coisa de seu, caíssem depois em pobreza”.

A instituição, que fazia parte das Merceeiras da Sé de Lisboa, criadas por D. Afonso IV, não assentava, primitivamente, no sítio onde agora se encontra.

Em 1785, por ordem da Rainha Dona Maria, foi construído o edifício da Rua Augusta Rosa, junto à Sé, para nele ser instalado o Recolhimento das Merceeiras, no qual só podiam ser recolhidas senhoras que recebiam “mercê” de El-Rei.

Em 1851 a instituição foi incorporada na Assistência Oficial, e passou a ser dependência do Asilo da Mendicidade e em 1938 o edifício das Merceeiras foi integrado no Ministério do Interior, Direção Geral da Assistência, fazendo parte de um grupo de sete recolhimentos de Lisboa.

Depois dessa data o edifício não sofreu muitas alterações no exterior e podemos verificar isto nas figuras abaixo.



Figura 8. O Recolhimento das Merceeiras; fachada para a Rua Augusto Rosa; 1902.



Figura 9. O Recolhimento das Merceeiras; fachada para a Travessa das Merceeiras; 1902.



Figura 10. O Recolhimento das Mercceiras; fachada para a Rua Augusto Rosa.



Figura 11. O Recolhimento das Mercceiras; fachada para a Travessa das Mercceiras.

Através das visitas feitas ao imóvel foi possível verificar que no interior foram feitas poucas alterações às estruturas originais. Esse facto pode estar relacionado com a

solidez do imóvel e com a sua compartimentação interna muito favorável que permitiu uma contínua adaptação dos espaços sem modificações arquitetónicas significativas. Uma das mais importantes obras realizadas foi a construção de um bloco de escadas em betão armado no lado nascente do imóvel (Figura 12). Também as janelas, outrora em madeira foram alteradas para pvc (Figura 13) para permitir uma maior eficiência energética. Ainda existem, contudo, algumas janelas em madeira que se supõe serem as originais.



Figura 12. Escadas em betão armado, construídas para melhorar a ligação entre o piso térreo e os pisos elevados.

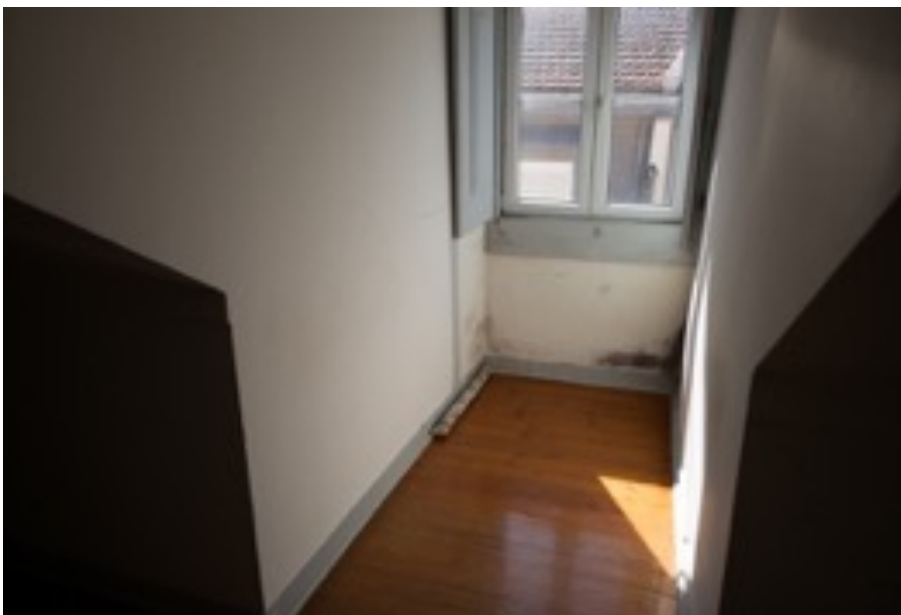


Figura 13. Janelas em pvc e portadas interiores em madeira.

2.3 A SITUAÇÃO ATUAL. ANÁLISE FORMAL

O edifício estudado é do tipo pombalino, com paredes estruturais exteriores de alvenaria de pedra, paredes estruturais interiores de frontal e paredes divisórias de tabique. Tem uma área de 702 m², com uma semicave, piso térreo, 2 pisos elevados, sendo que o último é de águas furtadas. A fachadas principal apresenta uma simetria de eixo marcado pela porta de entrada. O espaçamento entre vãos é ritmado, com técnicas e métricas tipicamente pombalinas, nomeadamente cantarias de palmo em todos os vãos. A fachada principal está virada para a Rua Augusto Rosa e as fachadas lateral direita e tardoz estão viradas para a Travessa Merceeiras.



Figura 14. Levantamento do existente cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; corte.

O interior do edifício já sofreu algumas alterações. O pavimento na entrada e no pátio não são originais, porque sofreram alterações em finais do século XIX. No piso térreo existem arcos suportados por pilares que aparentam ser originais. A escadaria principal de acesso ao primeiro andar é em pedra de lioz. Os azulejos decorativos pombalinos existentes em lambris encontram-se maioritariamente em bom estado de conservação. No entanto, em alguns locais verifica o destacamento do azulejo do suporte, situação provocada pela humidade.



Figura 15. Piso térreo; corredor, vendo-se a arcaria em pedra de lioz.



Figura 16. Corredor do último piso com o pé direito mais baixo.



Figura 17. Escadaria principal que liga o piso térreo ao primeiro andar.



Figura 18. Pavimento do átrio de entrada em calçada à portuguesa com indicação da data de 1859, altura em que terá sido executado.



Figura 19. Pavimento do pátio interior vendo-se a sobreposição de vários materiais.

2.4 CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL: ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ANÁLISE DE PATOLOGIAS

Caracterização estrutural

O edifício possui estrutura em gaiola pombalina, com pórticos de madeira contra ventados, perpendiculares entre si.

A estrutura da semicave é em pedra. As paredes exteriores são resistentes e o teto da cave apresenta abóbadas em alvenaria de tijolo e quadripartidas constituídas por quatro superfícies curvas que se intersectam segundo arestas diagonais salientes.

No rés do chão as paredes exteriores são constituídas por alvenaria de pedra, com 90 cm de espessura, rebocadas e ligadas a uma estrutura interior constituída por paredes de frontal.

As escadas principais originais são em pedra e servem para acesso ao primeiro andar.

No edifício existe um outro bloco de escadas secundárias, recentemente construídas em betão armado, que ligam o piso térreo aos pisos elevados.

Normalmente nos edifícios pombalinos, que é o caso do edifício em estudo, os frontais e a estrutura de madeira embebida nas paredes exteriores funcionam como um todo flexível, em caso de abalo sísmico. O inerte nas paredes esboroa e a estrutura de madeira, livre de sobrecarga, desmultiplica a energia do abalo através de rótulas flexíveis constituídas por cruces de Santo André (elementos de madeira dispostos na diagonal entre elementos ortogonais).

O pavimento na semicave é em pedra calcária, típica da época em que o edifício foi construído. Todo o pavimento do piso térreo é revestido a pedra. Já nos restantes pisos a estrutura é constituída por vigas de madeira com espaçamento de 40cm.



Figura 20. Análise estrutural: paredes em alvenaria de pedra (a azul); paredes de frontal (a vermelho); paredes de tabique (a amarelo).

Estado de conservação

O edifício encontra-se em razoável estado de conservação. Porém, o facto de não estar a ser usado potencia alguns fatores de degradação como a entrada pontual de águas pluviais e humidade.

Apesar desse estado razoável de conservação, será necessária uma intervenção com alguma profundidade para o adaptar às necessidades atuais de segurança e conforto. A ação mais urgente deveria ser na cobertura, devido às deficiências na proteção contra as águas, pois atualmente a cobertura não consegue impedir que as águas das chuvas entrem para dentro do edifício causando problemas de humidade na sua estrutura, nas paredes e nos pavimentos.

As principais anomalias nas paredes presentes no edifício são: fendilhação diversa denunciando assentamentos diferenciais; desagregação de rebocos; esmagamento de alguns elementos pétreos; anomalias resultantes da ação da água e da humidade; oxidação de elementos metálicos; envelhecimento generalizado e falta de manutenção dos materiais.

Nos pavimentos e tetos são perfeitamente visíveis anomalias por causa da ação da água, ou seja, a água entra em contacto com o edifício de várias maneiras: por capilaridade, chegando às paredes da semicave e do piso térreo; infiltração de água da

chuva através das coberturas; infiltração de água da chuva através das paredes exteriores, incluindo janelas; penetração de água limpa ou de esgoto, proveniente das redes de abastecimento e de drenagem degradadas.

A ação das infiltrações da água é particularmente sentida nos velhos elementos de madeira, que passam a apresentar deformações excessivas com redução arriscada da capacidade de resistência sísmica. Embora o edifício não aparente patologias graves em pavimentos, há que ter presente que normalmente as deficiências ou insuficiências do ponto de vista do desempenho estrutural dos pavimentos de madeira estão associadas à sua deformação excessiva quer para fora do seu plano, face as ações verticais decorrentes do uso normal, quer no seu plano, face às ações sísmicas horizontais. Essas deformações excessivas podem resultar do facto da madeira que constitui esses pavimentos estar degradada por causa de agentes xilófagos ou simplesmente por estar envelhecida, mas por outro lado também resulta das características da madeira e da técnica de execução desses pavimentos.

A humidade é uma das grandes preocupações neste edifício e verificou-se isso durante a análise das patologias, estando associada ao aparecimento de muitas patologias à evolução destas para situações bastante gravosas para a estrutura do edifício. Deste modo, as medidas de proteção contra a humidade tornam-se indispensáveis quando se pretende prevenir a manifestação das patologias.

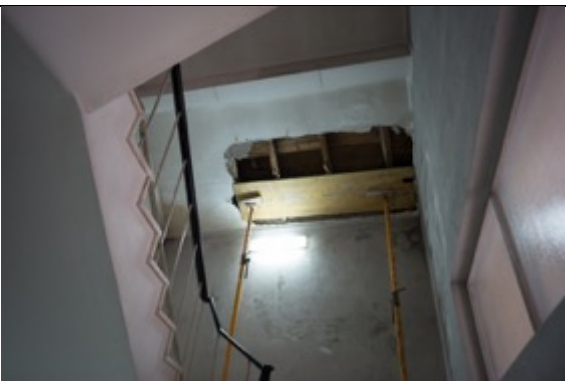
Apresentam-se seguidamente as principais patologias e as principais causas das mesmas.

PRINCIPAIS PATOLOGIAS NAS
COBERTURAS

Abaulamento da cobertura;
Presença de elemento biológicos
(líquenes) e plantas;
Eflorescências;
Destacamento da pintura;
Filmes negros;



Destacamento de material de revestimento.	
CAUSAS DA DEGRADAÇÃO Águas da chuva; Envelhecimento e falta de manutenção da cobertura; Infiltração de água por meio ascensional/capilaridade.	
PRINCIPAIS PATOLOGIAS EM FACHADAS Empolamento da Pintura; Destacamento do material de revestimento; Filmes negros; Fendilhação; Deterioração das cantarias; Infestação biológica.	
CAUSAS DA DEGRADAÇÃO Águas da chuva; Envelhecimento e falta de manutenção do material de revestimento; Infiltração de águas por meio ascensional/capilaridade.	

PRINCIPAIS PATOLOGIAS EM INTERIORES Fendilhação; Desconforto térmico; Desagregação do reboco no ponto de contato com o teto; Apodrecimento e fluência da madeira; Deterioração das cantarias; Envelhecimento e falta de manutenção dos materiais.	
CAUSAS DA DEGRADAÇÃO Infiltração de água da chuva através da cobertura; Repases de água limpa ou de esgoto, proveniente das redes de abastecimento e de drenagem; Infiltração de águas por meio ascensional/capilaridade.	
PRINCIPAIS PATOLOGIAS EM INTERIORES Destacamento do material de revestimento do teto; Fungos de podridão nas vigas de madeira; Desconforto térmico; Humidade no teto; Desagregação e empolamento do reboco; Eflorescências; Fendilhação.	

CAUSAS DA DEGRADAÇÃO Infiltração de água da chuva através da cobertura; Repastes de água limpa ou de esgoto, proveniente das redes de abastecimento e de drenagem; Infiltração de águas por meio ascensional/capilaridade. Vapor de água produzido no interior do edifício; O humedecimento das paredes exteriores causou o apodrecimento do vigamento e revestimento do teto.	
PRINCIPAIS PATOLOGIAS EM INTERIORES Destacamento do material de revestimento do teto; Fungos de podridão nas vigas de madeira; Desconforto térmico; Humidade no teto; Desagregação e empolamento do reboco; Eflorescências; Fendilhação.	

CAUSAS DA DEGRADAÇÃO Infiltração de água da chuva através da cobertura; Repastes de água limpa ou de esgoto, proveniente das redes de abastecimento e de drenagem; Infiltração de águas por meio ascensional/capilaridade. Vapor de água produzido no interior do edifício; O humedecimento das paredes exteriores causou o apodrecimento do vigamento e revestimento do teto.	
---	--

Após a análise das diversas patologias e das suas causas, é possível equacionar as principais medidas a tomar numa estratégia de reabilitação física e funcional do imóvel:

- Preservação das paredes resistentes exteriores e seu reforço com uma lâmina de betão a aplicar no interior para aumentar a sua capacidade de carga;
- Preservação das paredes de frontal, verificando-se o estado de conservação dos seus elementos constituintes (madeira e argamassas);
- Supressão de paredes de tabique desnecessárias ao programa funcional;
- Reconstrução da estrutura da cobertura, em madeira, aproveitando a oportunidade para colocar isolamento térmico e membrana que não permita a passagem das águas pluviais para o interior do edifício;
- Previsão de novas infraestruturas de eletricidade, gás, águas e esgotos e redes de comunicação.

2.5 VALOR DE USO

O valor de uso de um edifício é a capacidade que ele apresenta para acolher novas funções.

O antigo Recolhimento das Merceeiras apresenta várias vantagens e também desafios para um projeto de reabilitação.

De entre as vantagens julgamos de mencionar:

- O seu estado de conservação ainda razoável, que permite que o mesmo seja reabilitado com obras com aproveitamento da maioria dos elementos estruturais;
- A sua espacialidade interna, pois a disposição dos compartimentos permite usos habitacionais com um mínimo de alteração interior;
- Os pés direitos, sobretudo do piso térreo e do primeiro andar (Figura 21);
- A existência de um pátio central que permite a ventilação e entrada de luz nos compartimentos;
- O número e dimensão de janelas que permitem iluminar e ventilar a maioria dos compartimentos.



Figura 21. Pés direitos do edifício: cave 3,40m; piso térreo 3,12m; primeiro andar 2,90m; sótão 2,20m.



Figura 22. Corredor principal no 1.º andar. A espacialidade interna é favorável a uma utilização habitacional.



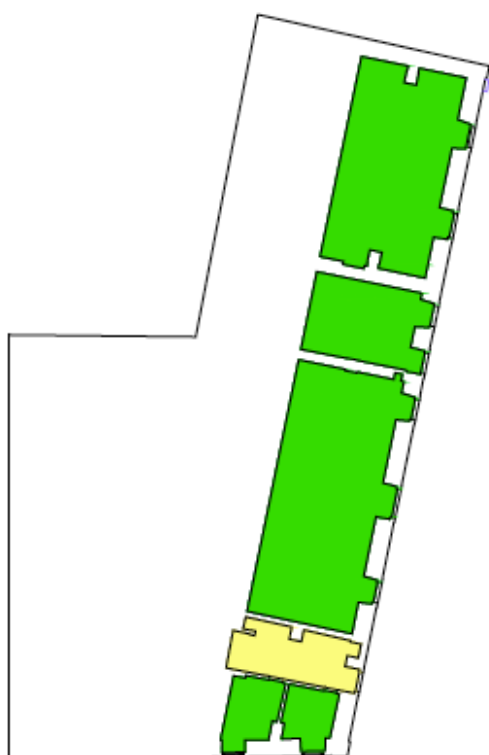
Figura 23. Espaço no sótão com pé direito de 2,20 metros.

Relativamente às desvantagens, destacamos:

- O facto de serem necessárias obras para permitir a sua utilização em condições de segurança e conforto, nomeadamente de reparação do telhado e de aumento da segurança estrutural;
- Não existir elevador, o que dificulta a mobilidade interna;
- O pé direito do sótão ser baixo e os acessos serem estreitos;
- Todas as instalações de eletricidade, águas, esgotos, aquecimento, etc. estarem degradadas ou desadequadas a uma nova utilização

O edifício pode aceitar vários usos. No entanto os usos habitacionais serão os mais adequados à sua tipologia e compartimentação interna.

Exposição Solar



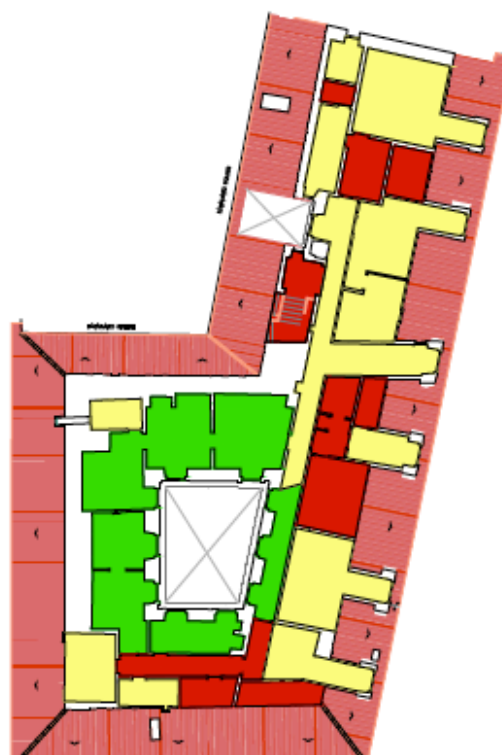
Piso -1



Piso Térreo



Piso 1



Piso 2

Boa Má Ausente

2.6 CONDICIONANTES LEGAIS

A elaboração de um projeto de reabilitação exige o conhecimento das condicionantes legais aplicáveis.

O estudo realizado permitiu identificar três níveis de condicionantes:

- As que são impostas pela Direção Geral do Património Cultural;
- As que resultam do Plano Diretor Municipal de Lisboa;
- As que resultam do Plano de urbanização do núcleo histórico de Alfama e Colina do Castelo.

Relativamente à Direção Geral do Património Cultural, devemos ter presente que o edifício não se encontra classificado, mas está abrangido por zonas de proteção ao património arquitetónico (Figura 25).

De acordo com o artigo 44/4 da Lei do Património Cultural “As zonas de proteção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”. Assim, qualquer projeto de reabilitação do edifício terá que ser orientado para a preservação das características exteriores do edifício para não prejudicar os imóveis classificados que estão próximos, como a Sé de Lisboa.

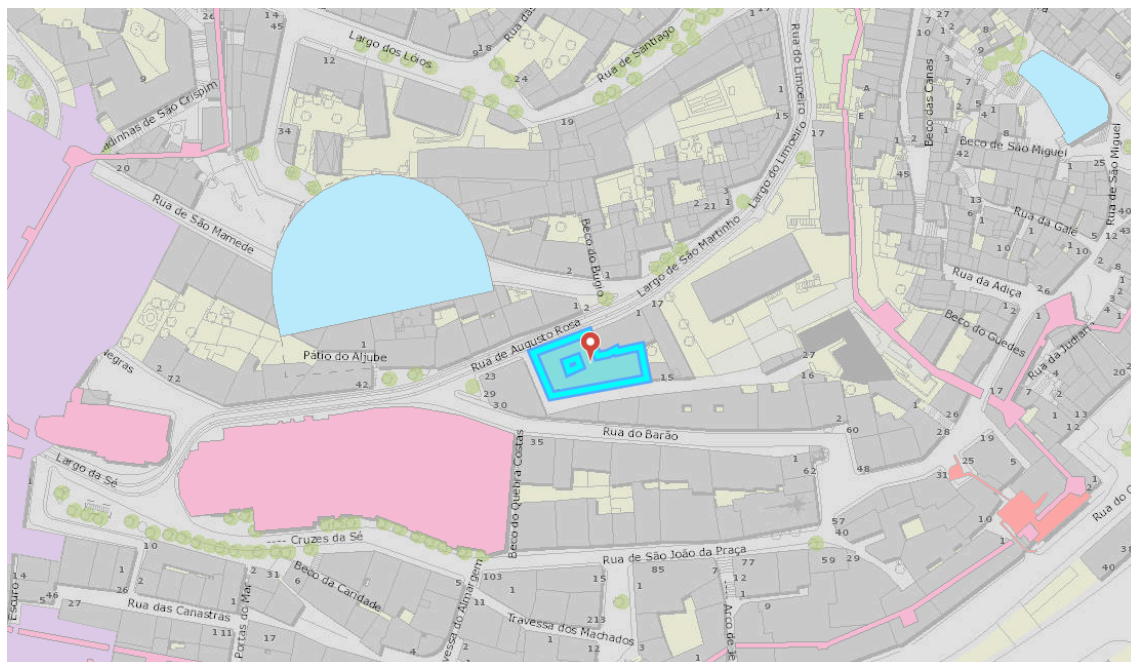


Figura 24. Relação entre o Recolhimento das Merceeiras e o património arquitetónico da zona; com os monumentos nacionais marcados a rosa e os imóveis de interesse público marcados a azul.

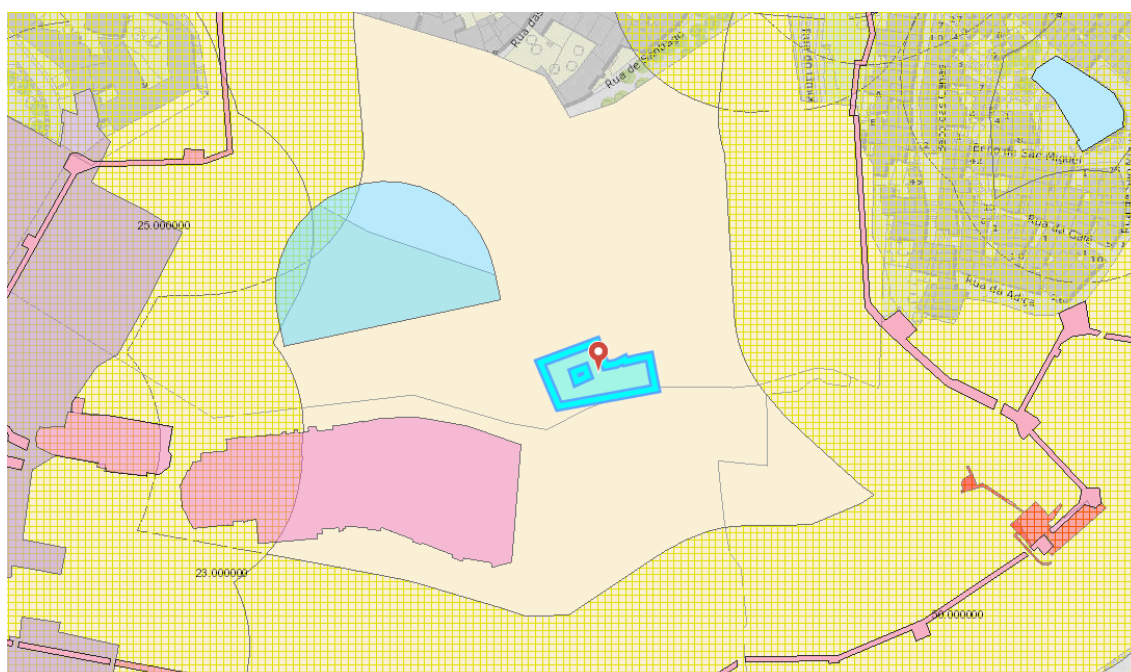


Figura 25. Relação entre o Recolhimento das Merceeiras e as zonas de proteção existentes na área, marcadas a amarelo.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal de Lisboa, verificamos que o edifício está incluído na Carta Municipal do Património de Lisboa (Figura 26). Assim, qualquer projeto de reabilitação deve reger-se por cuidados especiais, pois essa carta “integra os bens culturais imóveis de interesse arquitetónico, histórico, paisagístico,

arqueológico e geológico que, pela sua particular relevância, devem ser especialmente tratados e preservados no âmbito dos atos de gestão e planeamento, com vista à respetiva valorização e integração urbana (conforme artigo 26/1).

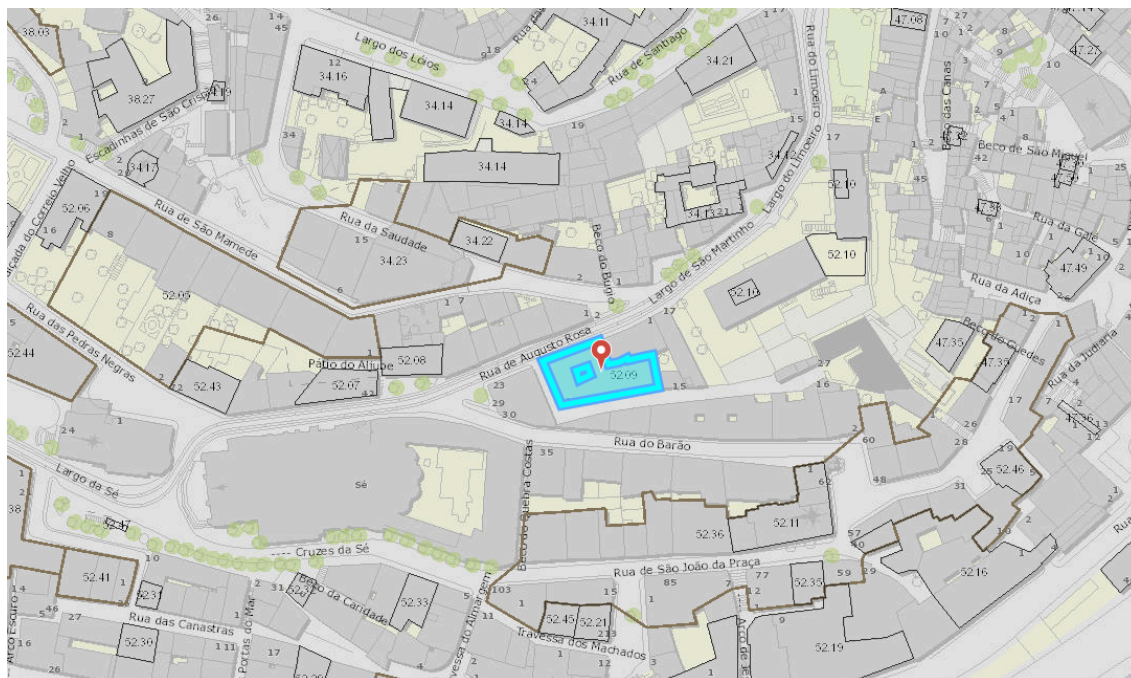


Figura 26. Indicação dos imóveis incluídos na Carta Municipal do Património, na área de estudo; O Recolhimento das Merceeiras está registado com o número 52.09.

De acordo com o artigo 26/2 “as intervenções sobre os bens da estrutura patrimonial municipal devem privilegiar a sua conservação e valorização, a longo prazo, de forma a assegurar a sua identidade e a evitar a sua destruição, descaracterização ou deterioração”.

O artigo 27 do PDM refere alguns cuidados a tomar nas intervenções, nomeadamente:

- As intervenções em imóveis da Carta Municipal do Património devem respeitar as suas características e ter presente as possibilidades de fruição pela comunidade, num processo de contínua adaptação;
- Deve ser privilegiada a conservação do edificado para a preservação da identidade cultural e histórica da cidade, assente numa lógica de conservação não apenas de bens isolados da Carta Municipal do Património, mas também dos edifícios de acompanhamento que com eles compõem uma unidade urbana.

- A intervenção em bens da Carta Municipal do Património deve respeitar o critério da autenticidade, no reconhecimento de cada época de construção.

Verificamos, assim, que qualquer intervenção a realizar no Recolhimento das Merceeiras está fortemente condicionada pelas regras de proteção do património arquitetónico da cidade de Lisboa.

O Regulamento do plano de urbanização do núcleo histórico de Alfama e da Colina do Castelo também inclui (no artigo 5) normas de proteção dos edifícios desta zona ao referir que “deverão ser mantidas as características tipológicas, morfológicas e construtivas do edificado” e também que “admitem-se, por razões de segurança ou uso, devidamente justificadas, alterações que não ponham em causa a tipologia original e a coerência construtiva do edificado”.

CAPÍTULO 3 ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO

3.1 VALORES A PRESERVAR

Após uma análise detalhada ao edifício foi possível identificar diversos elementos que correspondem a data de construção do edifício (1785). Esses elementos mantêm-se inalterados até os dias de hoje e em boas condições, mantendo o edifício com valores de autenticidade e integridade que serão vistos a seguir, mas primeiro, reforçamos a questão da escassez documental que dificultou a análise história do edifício.

Tendo em conta o trabalho de análise realizado foi possível identificar os seguintes elementos arquitetónicos a serem preservados:



Figura 27. Fachada do antigo Recolhimento das Mercceiras; levantamento.



Figura 28. Fachada do antigo Recolhimento das Mercceiras; estado atual.

Fachadas – Por serem representativas de uma época de construção com uma tipologia característica – a pombalina; por apresentarem uma simetria de eixo na porta de entrada e com espaçamento entre vãos ritmado, utilizando métricas tipicamente pombalinas; as cantarias em pedra que contornam os vãos, sendo que as vergas apresentam mais detalhes que demonstram assim a parte mais nobre do edifício; a cor das fachadas em amarelo que está em harmonia com a envolvente.

Coberturas – As coberturas foram restauradas em 2004, mas foram apenas a nível das telhas; verificando-se uma coerência entre a cobertura e a tipologia pombalina do edifício, somos levados a concluir que a geometria da cobertura deverá ser preservada.



Figura 29. Vista aérea das coberturas do antigo Recolhimento das Mercceiras.

Interiores – A espacialidade interna deve ser preservada devido à originalidade de organização dos espaços neste tipo de edifício; a escadaria principal, que é um elemento original, encontra-se em bom estado de conservação e não sofreu alterações; os pilares e os arcos do piso térreo por estarem íntegros e aparentarem ser originais também devem ser preservados; os azulejos que estão na escada principal, nos corredores e em alguns compartimentos do edifício devem ser mantidos e restaurados porque são autênticos, íntegros e da data em que o edifício foi construído e não apresentam nenhum tipo de intervenção posterior; os pavimentos de madeira, assim como os revestimentos do teto também são autênticos e devem ser preservados, embora alguns já se encontrem em avançado estado de degradação; as portas e janelas de madeiras originais também devem ser preservadas devido à originalidade das mesmas.



Figura 30. Azulejos pombalinos na escadaria principal, que deverão ser restaurados.



Figura 31. Azulejos pombalinos em corredor, que deverão ser restaurados.

Elementos estruturais originais – As paredes exteriores de alvenaria de pedra, a cave com abóbadas suportadas por colunas em pedra, as paredes interiores de frontal,

pavimentos com estrutura e revestimento em madeira devem ser preservados por fazerem parte de um tipo de construção com extrema qualidade e altamente inovadora na época em que foi construído o edifício, ou seja, este tipo de construção foi fruto de uma resposta técnico-construtiva às necessidades de construir afim de evitar a repetição do colapso das estruturas em caso de abalo sísmico.

3.2 VOCAÇÕES FUNCIONAIS; POTENCIAL DE REABILITAÇÃO

O antigo Recolhimento das Merceeiras é um edifício com elevado interesse cultural, por testemunhar uma tipologia construtiva importante na cidade de Lisboa. Destacam-se todas as fachadas, assim como o património integrado, principalmente as cantarias, as escadarias principais, os materiais considerados nobres na época de construção do edifício (pedra lioz) e os azulejos decorativos originais.

No entanto, existe a necessidade de serem estudadas novas funcionalidades e comodidades equilibradamente para completarem a pré-existência. Sem esquecermos que o edifício se encontra numa zona urbana com importância histórica e muito movimentada a nível de vivência, existem várias formas de uso que se adequam ao edifício em questão devido a sua versatilidade.

Neste caso, sugerimos as seguintes possíveis vocações funcionais:

- Residência estudantil;
- Escritórios;
- Habitação.

3.3 METODOLOGIA DE PROJETO

Visando conseguir um projeto de reabilitação respeitador das características do edifício propõe-se, em primeiro lugar não afetar estruturalmente a edificação. As alterações propostas são de remoção de algumas paredes sem interesse estrutural ou patrimonial (maioritariamente paredes de tabique) indicadas a amarelo nos desenhos.

O projeto global de reabilitação do edifício segue as seguintes linhas de estratégia:

Manter e consolidar os seguintes elementos:

- Sistema construtivo original;
- As fachadas em alvenaria de pedra, com todos os seus elementos decorativos, tais como socos, cantarias, cunhais, cornija, gradeamentos;
- A escadaria principal em pedra;
- Os azulejos da época pombalina;
- A porta de entrada, no alçado principal, e os gradeamentos metálicos da fachada posterior.

Restaurar os seguintes elementos:

- Estrutura dos pavimentos em madeira;
- Pintura das paredes e tetos;
- Portas e portadas em madeira.

Alterar os seguintes elementos:

- Algumas paredes de tabique, sobretudo no último piso;
- Criação de novas paredes para criação de zonas habitacionais;
- Substituir as caixilharias exteriores em pvc por novas janelas em madeira pintada de branco com aros a castanho.

Obra nova:

- Todas as infraestruturas (águas, esgotos, eletricidade);
- Substituição dos vigamentos da cobertura ou dos piso que estiverem degradados;
- Substituição de todo o revestimento da cobertura (telhas) e todo o sistema de águas pluviais.

3.4 BIBLIOGRAFIA

Appleton, João (2003). Reabilitação de edifícios antigos, patologias e técnicas de intervenção. Amadora, Orion.
Appleton, João e Domingos, I. (2009). Biografia de um pombalino, um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa. Amadora, Orion.
Cóias, Vitor (2007). Reabilitação Estrutural de edifícios antigos. Lisboa, Argumentum.
Feiden, Bernard (1982). Conservation of Historic Buildings. Butterworth & Co.
Lopes, Flávio (2020). Lisboa: Arquitetura contemporânea e cidade antiga, Lisboa, Caleidoscópio.
Mascarenhas, Jorge (2009). Sistemas de construção – V, Lisboa, Livros Horizonte.

3.5 DESENHOS

Em apêndice são apresentados os desenhos com a estratégia de projeto.

APÊNDICE

DESENHOS